



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM – 27 a 28 de agosto de 2007

Turismo e arquitetura: a produção do atrativo¹

Angela Moreira²³

PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura / FAU / UFRJ.

Resumo

Objeto: O relacionamento entre o turismo e arquitetura. *Objetivo:* Procurar as conexões entre estas disciplinas, focando a produção do(s) lugar(es) dignos de receber o processo de visitação. *Metodologia:* artigo teórico que estabelece ligações através de ferramentas conceituais operacionalizáveis em ambas as disciplinas. São elas: o ciclo de vida turístico; o conceito de patrimônio territorial; a noção de valorização turística via produção do espaço e sua importância nos processos de requalificação urbana e arquitetônica e de visitação; a Singularidade e os objetos arquitetônicos singulares; a criação ou o aumento da notoriedade (atratividade) de um objeto arquitetônico ou de um lugar. *Conclusão:* na contemporaneidade, a manipulação (coerente) de valores conduz a elementos que poderão constituir uma ambiência de alta qualidade ambiental que pode servir também como um produto turístico do mesmo padrão.

Palavras-chave: objeto arquitetônico singular; valorização; requalificação; patrimônio; turismo local.

O espaço construído hoje:

Para entendermos o que seja (ou poderá ser) um objeto arquitetônico (ou um lugar) (considerado como atração) e sua importância para o turismo, devemos sempre começar observando o que Raymond Ledrut chama de *imagem real*, ou seja, a própria realidade de nossas cidades. Assim, alguns elementos saltam em nossas vistas, são eles:

1 - A standardização, a modelização, a banalização da arquitetura das cidades, formada por conjuntos arquitetônicos que imprimem o pavimento-tipo e os mesmos elementos de fachada como oferta imobiliária, devido a uma intensa produção de unidades residenciais, comerciais

¹ Trabalho apresentado ao GT - Interfaces com o Desenvolvimento, a Cultura e o Meio Ambiente do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Professora Doutora Angela Maria Moreira Martins, Arquiteta e Urbanista, Mestre em Geografia Urbana/ IGEO/ UFRJ; Doutora em Planejamento Urbano / Université de Paris X; Pós - Doutora em Turismo e Desenvolvimento / Université de Paris I Panthéon-Sorbonne. Responsável pelo LAB.L.E.T. – Laboratório de Lazer e Espaços Turísticos do PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. E-mail: palas@netfly.com.br

³ O objetivo deste texto é uma relação mais específica entre Turismo e Arquitetura, compreendo e aceito que imperativos econômicos e sociais estão marcadamente presentes. Entretanto, gostaria de acentuar alguns elementos mais específicos desta relação neste espaço de discussão, por isto eles serão os predominantes no texto.



e de prestação de serviços oriundos de uma arquitetura dita moderna, com suas casas multifamiliares feitas para um Homem-Tipo, com um Pavimento-Tipo que marcam a nossa paisagem, apinhada de pequenos edifícios e de casas unifamiliares, produzidos em massa para atender a demanda de todas as classes, onde dificilmente o ser humano encontraria a plena realização do seu ser, sem originalidade e sem qualidade ambiental urbana ou arquitetônica. Bairros monótonos, brancos ou beges, arquitetura inexpressiva, lugares-dormitório que estavam destinados apenas ao repouso no fim de cada dia de labor, com direito a poucas atividades prazerosas. Este tipo de residência obrigava a saída das mesmas para atividades de trabalho (indústria, comércio, etc.) e de diversão.

2 – A redução do patrimônio (oficial e não oficial) também derivado do pensamento moderno que selecionou no nosso passado o que deveria ser as suas marcas (principalmente o estilo colonial), deixando margem para a derrubada de inúmeros prédios (particularmente do eclético), criando assim vazios em áreas nobres, onde foram introduzidos os novos exemplares modernistas.

Tal paisagem feita mais em função do automóvel do que do morador, tem produzido como resultado uma intensa degradação do espaço construído, até porque os recursos do habitante do local são escassos para mantê-la e este coloca somente no estado a responsabilidade da manutenção dos lugares públicos, não se sentindo obrigado a participar desta tarefa, visto que sua consciência de pertencimento ao local é inteiramente destruída pela baixa qualidade ambiental existente ali⁴.

3 - Como agravante deste processo, ainda temos o fato de que a maioria dos profissionais atuantes na nossa arquitetura foi marcada por este movimento modernista e *ainda projetam segundo ele*. E, este quadro tende a se intensificar ainda mais nos lugares atingidos pelo processo de turistificação que, ao menos em teoria, deveriam exprimir uma representação significativa dos mais importantes valores de nossas cidades, expressos através de sua paisagem e de seus OAs⁵ existentes ou a serem construídos.

Diante deste quadro, cabe uma reação que vai expressa neste artigo, através de uma *atualização dos conceitos inerentes ao tema em questão*. Assim começaremos por entender o

⁴ Isto não quer dizer que toda a produção modernista tenha sido assim. Alguns arquitetos mais conscientes produziram arquitetura de boa qualidade (tanto arquitetônica quanto ambiental), mas infelizmente eles não constituíram a maioria desta produção.

⁵ O.A. equivale a objeto arquitetônico no linguajar dos arquitetos.

processo de implantação do turismo nas cidades, através do conceito de ciclo de vida dos produtos desta atividade.

Primeiro conceito: a noção de ciclo de vida turístico de Butler.

Segundo DEPREST (1997, p.76), esta noção começa a ser desenvolvida depois do constato da destruição resultante do turismo de massa. Este aspecto é o principal ponto comum aos modelos que descrevem o desenvolvimento turístico dos lugares. Estes modelos são diferentes pelas escalas: alguns são mais ligados a evolução de grandes bacias turísticas, outros privilegiam o espaço turístico regional e outros atuam mais na micro-escala (BUTLER, p.5-12). A lógica destes modelos é geográfica e parte de um constato simples: os fluxos turísticos são centrífugos. O turismo é considerado como um fenômeno de migração desde os grandes centros industriais e urbanos até os espaços marginalizados, onde a produção industrial e as grandes concentrações permanentes de população são ausentes. Isto é, à periferia do prazer na escala mundial. Aqui a noção de periferia é dupla, porque se trata de uma relação de distancia, mas também política porque ela subentende uma relação de dominação.

Segundo BUTLER, esta representação do funcionamento do espaço turístico é a base dos modelos de evolução desta atividade. O esquema histórico é simples:

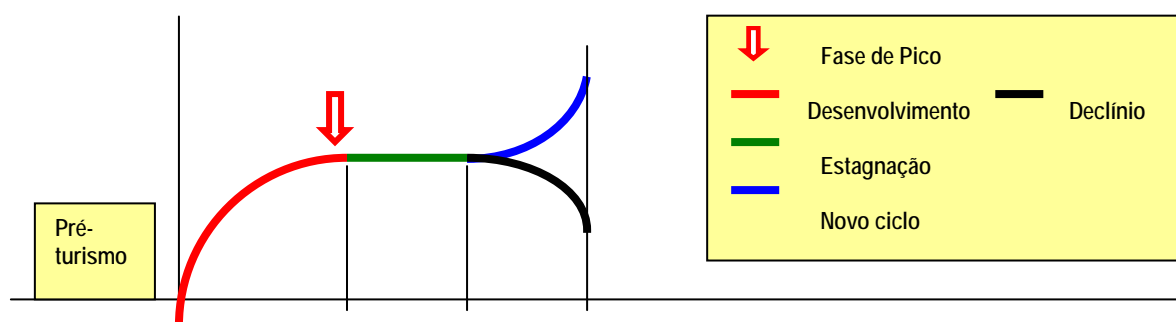
. Primeiro, o lugar é descoberto, porque ele faz parte de uma margem espacial. Pertencendo a uma periferia, seu acesso não é fácil e sua economia tem formas de subdesenvolvimento. É o período "pré-turístico" no qual chegam os primeiros turistas. Todos os atores concordam em descrever este primeiro período turístico como um fenômeno pioneiro. Assim, Butler denominou-o de fase de exploração. Os descobridores são poucos, são pessoas singulares que não temem a aventura e são capazes de aceitar condições de conforto rudimentares. Do ponto de vista do lugar descoberto, a fase de exploração é caracterizada pelo pouco cambio, pois é a iniciativa externa que domina, algumas vezes com a participação da elite local.

. Depois vem um período durante o qual o lugar se integra ao sistema. O desenvolvimento corresponde a um aumento sensível do volume de turistas, que está ligado ao aumento da acessibilidade. Para responder às expectativas desta população, o volume da oferta de alojamentos aumenta e seus modos se diversificam. A economia turística fica mais complexa (a população local é mais envolvida por meio da criação de empregos oferecidos e/ou; o lugar vê a chegada de grandes investidores externos).

. Quando o espaço regional está totalmente absorvido pela atividade turística, assiste-se a uma multiplicação dos lugares destinados a esta atividade, depois à sua especialização e hierarquização. O desenvolvimento corresponde a um período de importantes transformações físicas do lugar (nem todas aprovadas pela população local).

. A chegada do turismo intenso seria concomitante a certa crise do lugar turístico, até mesmo seu declino, pois este tipo de turismo modifica consideravelmente o lugar, degradando-o. Surgem, então, os problemas ligados ao meio ambiente, a degradação da qualidade dos serviços ou fatores mais sociológicos, em particular os conflitos com a população local. A atratividade do lugar declina, o número de turistas também. O lugar não interessa mais aos turistas que preferem destinações turísticas reconhecidas e facilmente acessíveis.

Esta idéia de ciclo faz uma irrupção na literatura consagrada ao turismo em 1963, segundo Christaller. Mas é em 1980, que ela é apresentada sobre a forma de um modelo de evolução genérica por BUTLER que aplica então ao lugar turístico o conceito econômico e comercial do *ciclo de vida de um produto*.



BUTLER propôs a representação gráfica de uma curva de evolução do número de turistas segundo o tempo⁶: para as fases chamadas de início, de desenvolvimento e de consolidação, o volume absoluto de freqüentação é sempre em progressão: nos dois primeiros períodos, a taxa de crescimento está em progressão rápida, posteriormente a fase de consolidação corresponde a sua compressão. O fenômeno está ratificado pela fase seguinte, a da estagnação onde a taxa de crescimento se torna nula. Trata-se de um modelo genérico, assim o autor não indica nem um nível de freqüentação⁷. É então o turismo de massa que o modelo

⁶ As fases se definem segundo o nível de freqüência turística, evocada através do peso da freqüência sobre a população local. Assim, a relação entre o número de turistas/população residente se torna um dos critérios para o estabelecimento e caracterização das mesmas. A fase de desenvolvimento consiste em que o número de turistas seja igual ou ligeiramente maior que o número da população permanente. Mas é, sobretudo a taxa de crescimento dessa freqüentação que é tomada em conta.

⁷ Esta dinâmica foi reproduzida em lugares cada vez mais longe dos centros emissores: a integração da periferia ao sistema turístico implica seu desenvolvimento, mas este último é incompatível com as exigências dos

faz coincidir com o declínio. BUTLER, concluía assim seu artigo sobre o ciclo de vida do lugar turístico:

“As atrações turísticas não infinitas e eternas, mas elas devem ser consideradas e tratadas como recursos acabados e não renovados. Elas podiam ser mais atentamente protegidas e preservadas. O desenvolvimento do lugar turístico deve ser conservado nos limites de uma capacidade predeterminada, e seu potencial de competitividade mantido durante um maior período” (BUTLER, 1980, p.5-12).

Segundo CAZES:

“Apesar de ser esquemática, esta análise do ciclo da vida praticada, sobretudo para espaços reduzidos modelados por um ou dois produtos, propõe uma útil grade de análise: sua aplicação no quadro francês e europeu mereceria ser estendida e nuançada” (CAZES, 1992, p.146/147).

Esta noção de ciclo de vida, da compreensão de mudanças e de limites, vai implicar, desde os anos 80 e 90, em uma série de intervenções no espaço construído visando a alterá-lo. Ela pode ser aplicada desde a micro até a macro escala, ou seja, desde um OA até uma cidade ou região. Atualmente, considera-se possível “reciclar” o espaço produzindo-se nele novas atratividades, ou seja, acrescentando-se ao modelo de Butler uma (ou mais) nova(s) fase(s) que corresponde a um (ou mais) novo(s) ciclo(s) de vida.

Segundo conceito: o de Patrimônio Territorial:

Todavia, para uma atuação eficaz faz-se particularmente importante a atuação na micro escala do território. Ou seja, naquilo que vai tocar em especial a busca, a recuperação ou a recriação de novos valores locais. Para tanto, parece-me de grande utilidade o conceito de *Patrimônio Territorial*, orquestrado por CHOAY em seu último livro, que prega o *refazer o território a partir do conhecimento de suas singularidades, de suas especificidades*.

“Trata-se de mostrar como a desterritorialização tende a eliminar o conjunto das riquezas patrimoniais que estão em jogo durante a longa duração do processo de antropização (paisagens rurais e urbanas, como atividades e práticas sociais). ...Não se trata nem de ecologia defensiva nem de conservação patrimonial, nem de procurar um equilíbrio entre global e local (conceito de glocal), pois este equilíbrio supõe uma subordinação do local aos imperativos do global. O desenvolvimento local e a reterritorialização devem ser considerados como uma alternativa estratégica ao desenvolvimento global” (CHOAY, 2006, p. 368-9).

A grande inovação deste procedimento é que ele engloba o patrimônio natural e o patrimônio cultural (patrimônio ambiental) local sob o conceito de *Patrimônio Territorial*⁸ e estes não

descobridores, que a deixam, indo para outros lugares onde o mesmo fenômeno se reproduz. E, assim, o fenômeno se difundirá no espaço global. Reconhece-se aqui o funcionamento do modelo colonial: depois do esgotamento procura-se um lugar mais longe.

⁸ Aqui se está tratando patrimônio territorial no sentido dado por Choay, ou seja, o da palavra francesa *terroir*, quer dizer, dos elementos ligados a terra, de pequena escala local, das coisas, situações e do espaço contido nesta escala.

são mais concebidos de forma estática, mas aparecem como indissociáveis de um conjunto de atividades e de comportamentos que lhes dão sentidos, ou seja, não existe preservação (nem requalificação) do patrimônio natural e construído local sem as práticas sociais que são a eles agregadas e que correspondem as diferentes escalas e aos diferentes tipos de herança que ali existem, sem uma economia local que associe a micro-agricultura e/ou a micro-indústria, o artesanato, o trabalho autônomo e os serviços diversos acompanhados de atividades não mercantis.

“... não se trata de voltarmos às costas ao real e a história e de nos estalarmos fora ou ao lado das redes técnicas. A eficácia destas está plenamente reconhecida, somente sua hegemonia é contestada. Sua função protética é relativizada e subordinada a elaboração de um outro espaço e de uma outra sociedade. É o que Magnaghi resume em sua fórmula: “a mundialização por baixo”. Ao invés do local ser destruído ou condicionado pelos requisitos da sociedade mundial de mercado e da concorrência, submetido a decisões e a poderes vindos de outra parte, é a partir de um projeto endógeno e de forças locais que ele se conecta com as redes exteriores e se subordina a elas.” (CHOAY, 2006, p. 368-9).

Isto irá implicar em uma prática dinâmica e em um conhecimento mais profundo da produção-recriação do território, ou seja, na perpétua elaboração de ciclos de vida do lugar ou de um AO. Vejamos um exemplo que atinge diretamente à atividade turística com suas fases de “reciclagem”.

Terceiro conceito: O processo de requalificação (de um lugar) (de um OA):

Segundo CABRITA, A.R.; AGUIAR, J.; APPLETON, J. (1993), como conceito de processo de reabilitação ou requalificação, temos:

“Toda a série de ações empreendidas em vista à recuperação e a beneficiação de um edifício, tornando-o apto para o seu uso atual. Seu objetivo consiste em resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais acumuladas ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel sobre o qual incide – atualizando as suas instalações, equipamentos e a organização dos espaços existentes, melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para a sua mais completa e atualizada reutilização.”

Como exemplo cito o Museu do Louvre, França:

Na origem foi uma torre edificada por Philippe Auguste em 1200, tornou-se a partir de 1527 a morada do Rei François I e foi transformado em museu em 1793. Em 26 de setembro de 1981, o presidente François Mitterand anuncia o projeto de ampliação denominado - Grande Louvre - (de 1983 a 1993), com a criação de um anexo e a renovação de algumas partes, criando-se numerosas salas no subsolo e uma pirâmide que guarda a sua nova entrada, projeto do arquiteto I. M. Pei. Dados gerais do projeto: Superfície: 61,990 metros quadrados (fase 1), 55,000 metros quadrados de demolição e 50,000 metros quadrados de novas construções (fase 2). Espaços de Galeria: 645,000 metros quadrados. Custos do projeto: FF 6.900.000.000 (aproximadamente US\$ 1 bilhão). Em 30 de março de 1989 é inaugurada a pirâmide de vidro de Pei, erigida no centro da Cour Napoleão, e determinando os grandes eixos de circulação do palácio, conduzindo para o seu subsolo, formando um vasto hall de recepção, de onde se pode ter acesso aos demais espaços de exposições, às salas que relatam a história do Palácio e do museu, assim como aos fossos do Louvre da época de Charles V, a um auditório e enfim, aos diferentes serviços oferecidos aos visitantes (vestiários, livrarias, cafeterias, restaurantes, etc.).

Museu Original
Pirâmide de vidro

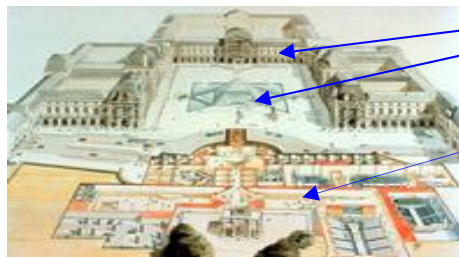
Criação de novas
salas no subsolo



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM – 27 a 28 de agosto de 2007



Fonte: <http://www.louvre.fr> Acesso: 13 de junho de 2007.

Em 1 de janeiro de 1993, ampliou-se mais uma vez este prédio, criando a Ala Richelieu, seu mais importante acréscimo desde a sua fundação. O teto das três salas interiores permitiu criar espaços amplos adaptados à exibição de peças de grandes dimensões, o departamento de pinturas e de objetos de arte aumentou. Pouco depois, inauguraram-se as Galerias do Carrousel, um amplo espaço comercial e um estacionamento para os visitantes.

Em 1996, Jacques Chirac, decide criar no Louvre uma seção destinada às artes e às civilizações da Ásia, África, Oceania e Américas no térreo, no antigo Pavilhão das Sessões, projetados por J. M. Wilmotte, e inauguradas em abril de 2000.

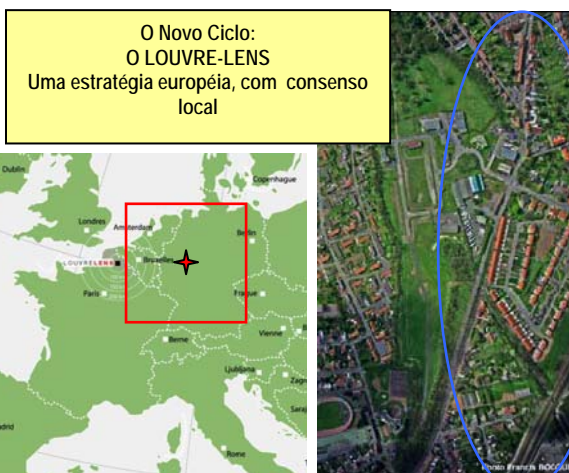
Em 1997, novas obras foram feitas na Cour Carrée, com a inauguração das salas da Ala Sackler e, sobretudo, a abertura dos dois andares das Salas de Antiguidades Egípcias. O projeto da Sala dos Estados foi lançado, assim como o das salas cavadas sobre a cour Visconti. Em 1998, a Escola do Louvre se instalou na Ala Flore (5000 m²).

Em 26 de julho de 2005, o departamento de Artes do Islã anunciou a sua ampliação, projeto premiado dos arquitetos Rudy Ricciotti e Mario Bellini. Este departamento se instalará em 2009, nos novos espaços da Cour Visconti. O projeto é ambicioso e inovador: o espaço aberto da Cour Visconti vai ser coberto por um véu luminoso, que flutuará sobre as obras de arte, este projeto só foi possível graças à contribuição milionária do príncipe saudita Alwaleed Bin Talal Bin Abdulaziz Al Saud: 17 milhões de euros.

“A partir dos anos 50, observamos no Louvre um acréscimo de freqüentação anual de 500.000 visitantes por década, antes da renovação do Grande Louvre, em 1989. Seu número chegou a 7,3 milhões de visitantes em 2005” (FOURTEAU, 13 de janeiro de 2006).

Isto significa dizer que a cada fase de renovação (e elas foram constantes) o número de turistas não cessou de crescer, pois houve uma renovação da atratividade do mesmo, sempre acompanhada da promoção da mídia, o que chamava a atenção e mais visitantes. Porém, surge a fase de completo esgotamento de vazios neste lugar, quando a estratégia promocional vai adquirir nova face. O Louvre vai se dividir atingindo uma das regiões de *menor desenvolvimento, no norte da França – a região do Nord-Pas-de-Calais, na cidade de Lens, valorizando seu antigo parque mineiro que estava totalmente em desuso*. Também será criada uma linha de trem de grande velocidade que ligará em 1 hora o velho e o novo Louvre, adaptando-o a uma versão européia.

FASE DE SATURAÇÃO COMPLETA DO ESPAÇO DO LOUVRE.



Localização na Europa e em seu terreno a Lens.

O átrio central se encaixará na entrada da antiga mina de carvão sobre a qual o museu será construído.

Fonte: www.louvre-lens.fr Acesso: 30 de junho de 2007.

“O Louvre-Lens é uma importante iniciativa francesa em matéria de descentralização e democratização da cultura. Um museu repensado em todas suas funções – artística, social e educativa. Ele será um departamento experimental uma espécie de “museu de arte e de teste” . Ele terá todas as facetas, missões e equipes de trabalho do museu original, atento para o entorno geográfico, cultural e sociológico, participante de uma rede regional densa e estruturada. Optou-se por um território novo e por uma arquitetura facilmente acessível, integrada em seu solo, aberta para a natureza. Preferiu-se um percurso aleatório através de diferentes espaços, ora independentes ora agrupados, distribuídos ao longo de uma rua. Preferiu-se um museu que se mostrará em todos seus aspectos, cujas reservas serão visíveis e visitáveis, que poderá executar em público um restauro; portanto, que insistirá na transparência e na abertura, valorizando assim as muitas atividades e profissões que o constituem. Este projeto foi criado à partir de consenso com sociedade local, que o financiará em 60%.

O PROJETO CULTURAL

O Louvre-Lens exibirá, em uma superfície de 5.000 m², obras importantes do Louvre; os dois modos de apresentá-las foram idealizados para despertar ao máximo o interesse dos públicos: Pelo menos 3.000 m² de “apresentações renovadas”, agrupando obras-primas e achados provenientes dos oito departamentos do Louvre. As coleções serão apresentadas de forma transversal e pluridisciplinar, abolindo as fronteiras que atualmente estruturam os oito departamentos. Uma das vocações do Louvre – Lens é recompor temporalmente o que hoje está disperso e dar uma visão intelectual sobre um momento da história da arte ou sobre uma civilização. As mostras serão renovadas por seções cada dois ou três anos. Ele terá cerca de 2.000 m² de exposições temporárias de 3 a 6 meses. Sua dimensão será internacional, com obras provenientes tanto do Louvre como de outros estabelecimentos franceses e estrangeiros.



Fonte: www.louvre-lens.fr Acesso: 30 de junho de 2007 (Esquerda e Direita)

Fonte: França Flash 53, 10 de junho de 2007 (Centro).

O PROJETO ARQUITETÔNICO

Foi escolhido o projeto do escritório Sanaa (Kazuyo Sejima e Ryue Nishizawa), de Tóquio. Ele prevê um conjunto de edificações com telhados de vidro e fachadas em alumínio, no centro de um grande parque. O conjunto se estenderá por 450 metros de comprimento, de ambos os lados de um átrio central com paredes de vidro transparente. Esse átrio permitirá que se atravesse a área sem necessariamente entrar nele. Dispostos em torno do átrio, vários edifícios térreos com fachada refletora em alumínio abrigarão as coleções, as exposições temporárias e as dependências administrativas. As duas salas de exposição principais, a leste do átrio, poderão ser modificadas de acordo com as coleções e terão telhado plano de vidro. Para filtrar a luz solar, o teto interior será uma membrana translúcida que exibirá um motivo variável de acordo com a exposição. Ao longo das duas salas, uma galeria envidraçada permitirá que o visitante circule no parque. Uma sala de espetáculos com 350 lugares, “La Scène”, se integrará na área. Também está previsto um restaurante. O custo da operação está avaliado em 127 milhões de euros. A obra deverá ser entregue em março de 2010 e aberta ao público no mesmo ano” (França Flash 53, 2007).

Como podemos ver, o ciclo de vida turístico de um lugar está diretamente ligados ao processo de revitalização e/ou de requalificação dos lugares ou dos OAs. Então, ao implantarmos um novo ciclo estaremos *definindo uma nova paisagem cultural agregadas a novos valores*. Entretanto, no que concerne ao turismo, *não é qualquer paisagem que será interessante*, uma definição relativamente satisfatória pode ser a adotada na Carta da Paisagem do Quebec, acrescentada das observações de Belgie, e do conceito de patrimônio territorial de Choay, já citado:



« A paisagem é muito mais do que as características visíveis de um território, assim, sua definição deve ser ampliada para englobar as interações entre os indivíduos, suas atividades e o meio-ambiente. Novos elementos biofísicos, antropológicos, sócio-culturais, visuais e econômicos vêm se inscrever à noção de paisagem » (Charte du Paysage Québécois, 2000).

« A paisagem passa a ser um fator de desenvolvimento, já que a qualidade de vida é um fator de peso e um argumento econômico e de desenvolvimento turístico. O poder de atração turístico repousa sobre princípios de *unidade e de autenticidade do lugar* de maneira a criar uma vantagem concorrencial » (Belgue, 2007) (grifo nosso).

Mais uma vez, a paisagem e os OAs passam pela reprodução ou pela criação de novos valores. Mas, que valores e qual a sua relação com o turismo?

Terceiro conceito: A noção de valor (para fins turísticos):

Segundo QUARANTA (1997, p. 148-150), no Direito Francês os bens para serem considerados como bens têm que ser obrigatoriamente *apropriados*. Todos os bens são móveis ou imóveis. E os imóveis incluem dentro dos seus elementos o meio ambiente, o solo, o subsolo, os lugares com água, assim que a vegetação ligada ao solo⁹ porque ela é considerada como um acessório do mesmo. Estas mesmas considerações podem ser aplicadas às formas construídas, ou seja, aos objetos arquitetônicos, pois, neste conceito, *todos* os elementos são considerados como parte da paisagem. As leis de 10/07/76 e de 12/10/77 consideram a paisagem como um *valor coletivo*. Assim, uma forma (incluindo aqui a dos OAs) se torna um bem se ela inclui pelo menos um destes *quatro valores: científico, cênico, econômico ou cultural*. Em função da importância do valor e do acúmulo dos valores, as formas são bens mais ou menos marcáveis. Assim:

O valor científico se define por três critérios que são: a raridade natural ou construída, a exemplaridade didática e o testemunho paleogeomorfológico. A raridade natural concerne à frequência e a densidade dos objetos geomorfológicos numa região determinada. A raridade construída refere-se ao caráter excepcional dos elementos construídos que se encontram na paisagem. A exemplaridade didática é uma noção qualitativa, ela concerne o estilo e a originalidade dos elementos da paisagem. O testemunho paleogeomorfológico tem dois aspectos: a consideração do mesmo como arquivo científico e a funcionalidade deste elemento.

O valor cênico compõe o aspecto estético da forma (tamanho, altura, largura, etc.) mensurável e quantificável através de suas características morfológicas e de sua aceitação. É delicado

⁹ Este é definido como a parte superficial da crosta terrestre, e todas as suas formas naturais importantes também são consideradas como preserváveis.



analisar a estética da paisagem, porque a beleza não tem valor universal. A estética de uma forma depende da subjetividade do observador. Não obstante, usando a filosofia da paisagem podemos estudar os fatores que levam a uma emoção positiva. Esses fatores são as cores e o jogo que se estabelecem entre elas, as sombras, as luzes, as relações de volume entre as formas, que variam em função da distancia que separa o observador da forma considerada. Se um máximo de fatores positivos está reunido, a forma será considerada como estética pela maioria das pessoas. *Uma forma tem mais valor cênico, quando seu aspecto espetacular é acentuado e sua estética forte.*

Neste particular item, não estou de acordo com Quaranta, pois acredito que certas arquiteturas singelas, com a originalidade e a singularidade de suas edificações, bem como o afeto e o carinho que seus moradores depositam nelas, podem oferecer tanto ou mais do que aquelas ditas “espetaculares”, que nem sempre contam com a mesma deferência que estas para os habitantes do local.

O valor cultural. Trata-se de saber qual é o lugar que ocupa o(s) elemento(s) da paisagem na tradição cultural através da observação de fotos (antigas e recentes), de cartões postais, de obras picturais, de contos e lendas, e mesmo da história oral das pessoas que ali vivem, ou seja, da elaboração de um conhecimento profundo e constante acerca do lugar.

O valor econômico. Não se pode confundir valor econômico e recurso econômico. Um elemento geomorfológicos tem um valor econômico se ele é utilizável ou explorável. Como exemplo disso, uma parede rochosa é usada como vias de escaladas, mas não é um recurso econômico direto porque ela não tem incidências sobre a produção e o emprego. Uma forma pode apresentar um valor econômico sem ser um recurso econômico. É essa noção de valor que está ligada ao meio ambiente (natural e/ou construído) que vai nos permitir proteger os elementos que o compõem, incentivando assim um desenvolvimento a longo prazo para o território e sua região. O mesmo conceito pode ser aplicável ao parque arquitetônico do lugar. Estes últimos elementos, na contemporaneidade, vão passar por conceitos especiais que começam a ser definidos¹⁰, o principal deles é o de Objeto Arquitetônico Singular, como elementos-chave do lugar, marcando e concretizando seus pontos atrativos.

Quarto conceito: a singularidade e os objetos arquitetônicos singulares.

¹⁰ Digo começam porque este ainda é um assunto que carece de sistematização e de refinamento de definições, pois se trata de tema ainda muito recente, provocando o aparecimento de definições fluidas e, às vezes, até ambíguas.



Inicialmente temos que compreender o que vem a ser *singular*. Se tomarmos o Petit Robert (2001, p.1818), singular significa “individual, particular, distinto, que concerne a um só indivíduo ou a conjuntos afins”. Tendo como qualidade básica a *singularidade*, ou seja, um atributo de algo que possua “caráter único, raro e excepcional, originalidade, exceção”. Nos diálogos entre Jean Nouvel (arquiteto) e Jean Baudrillard (filósofo) conseguimos algumas pistas acerca deste conceito:

“JN – Objeto Arquitetônico Singular é um objeto que literalmente te absorve, que se resolve em si mesmo à perfeição. O objeto pode ser muito belo, mas não ser singular... Não existem normas, não é ligado a formas estéticas, sociológicas, políticas, espaciais... É uma qualidade adicional. Na singularidade, a estética não é primordial. Mesmo um objeto monstruoso pode ser uma entidade indiscutível e, assim, ser belo.

JB – Me interessa o que me deixa estupefato.

JB – Mas, o diferencio do global, do universal...

JN –...E do neutro”(BAUDRILLARD e NOUVEL, p. 102-105).

Na contemporaneidade encontramos duas tendências consideradas marcantes no que concerne à expressão conceitual dos *objetos arquitetônicos singulares*. A primeira, uma abordagem mais geral, que olha a maneira como vêm sendo projetados os novíssimos (e mais importantes) objetos arquitetônicos e uma segunda mais específica que toca o aparecimento de uma arquitetura ligada às preocupações ecológicas. Devemos observar que ambas têm algumas características em comum e outras específicas, cabendo aos arquitetos escolherem quais irão incrementar, segundo seus pontos de vista, o próprio projeto em si ou o seu cliente, refletindo uma ou outra vertente ou mesmo compondo um mix das mesmas. Assim, escolhi dois autores para representá-las: Richard Scoffier e José Maria Montaner, que definiram os pressupostos básicos de cada uma delas:

Para Scoffier as condições gerais da arquitetura (e da cidade) passam por quatro elementos: *objeto; tela; meio; e acontecimento*. Para Montaner as características da arquitetura dita ecológica são definidas por seis elementos: *a beleza da pele; as formas escalonadas; o vidro; a presença de pátios e estufas; de edifícios semi-enterrados e dispersos; de estruturas leves, recicláveis e nômades*. Tais conceitos fixam um “purismo” de linhas de projetos básicos ou gerais. Mas, o que realmente definem e significam?

Para Scoffier o edifício é considerado como um objeto¹¹, mas um *objeto singular*, único, aberto à sedução, à fascinação. Logo, a emoção aflora como um elemento sensível e palpável na arquitetura contemporânea, elemento importante que atinge diretamente o usuário, pelo poder de atrair e de sensibilizar, são objetos de forte presença e impacto emocional. Em geral,

¹¹ Não confundir com mercadoria, pois, segundo este autor, esta arquitetura pode ser definida pela sua resistência a instrumentalização e à troca.



suas fachadas constituem-se de uma *membrana* apta a receber todo o tipo de informação. Em seu interior tudo pode acontecer. Admite-se o imprevisível, afirma-se a descontinuidade, a irreduzibilidade de cada instante, o diferente. Montaner afirma a beleza desta *pele* (tanto no interior como no exterior do objeto), com qualidades filtrantes (no que concerne à luz, aos sons e mesmo aos odores) que conduzem à sensibilização. Podendo ou não estar ligado ao contexto onde está inserido, atendendo ou não a valores globais ou locais.

As fachadas ou outras divisões interiores aparecem como *telas*, com funções exacerbadas, servem para envelopar e proteger o espaço interno ou o externo. Assume um papel de *intermediário* entre mundos, podendo *negar a transparência e a opacidade e cobrirem-se de signos*. Ela se liga às duas funções do olho: *ver* (que convoca todos os sentidos, todo o corpo – menos predominante) e *ler* (mais abstrata e intelectual, pois decifra e percebe os sentidos sob as formas de signos, símbolos e imagens – mais predominante, investindo nas relações entre signo e sentido).

Para Montaner, na arquitetura dita ecológica a fachada vai, principalmente, assumir formas escalonadas, onde a cobertura também representa uma parte importante do edifício, pois tem a ver com a *visibilidade*. É o elemento básico de expressão e também aquele que outorga ordem e harmonia ao entorno, é o lugar de aproveitamento da energia solar e da água. Os terraços são os que melhor permitem a integração de todo o volume do edifício ao entorno e o aproveitamento das vantagens de insolação, ventilação e criação de jardins.

Outra característica é o uso de certos materiais e texturas como o vidro, oferecendo *transparência*, que atua para acentuar, para marcar os limites e como "*espaço intermediário*" na fachada, também pode ter como missão atuar como espaço térmico, ou seja, atua como *meio*.

Em certos casos, para Scoffier, podemos até assistir a *erosão do lugar*, que perde a sua identidade, podendo mesmo fazer o surgir o *conceito de "mi-lieu"* (meio-lugar) que segundo ele é um espaço de recusa à plenitude do lugar, espaço incompleto, embrionário, refratário ao peremptório, ao testamentário e ao monumental¹². O *mi-lieu* faz aparecer o homem biológico. Ele implica na existência de espaços favoráveis ao desenvolvimento humano, mas através de uma *exacerbação da noção de conforto* (espaços, climatizados, higienizados, otimizados, que

¹² A arquitetura contemporânea não procura ser monumental ou espetacular, ou mesmo ter grandes escalas, seu objetivo não é este, pois seu caráter e meta é a singularidade. Esta atitude é bem a do movimento moderno.



podem estar em qualquer lugar do mundo). Este conceito invoca a noção de “clean”, de branco, de neutro, sem memória. Um espaço que nos *libera do peso da cultura e de suas convenções*. O *acontecimento* produzido nele passa a ser mais importante que o uso, ele recria a noção de temporalidade, trata-se do tempo do evento, um mundo onde o inabitual sucede ao inabitual, ou seja, aparece uma *ruptura* clara, variada e contínua com o cotidiano.

Todavia, para Montaner, na arquitetura ecológica ainda existem preocupações com o contexto, através da harmonia, do uso e das relações culturais, ou seja, preocupações ligadas a *continuidade*, a *(re)afirmação do lugar*, através de certos elementos tipológicos tais como pátios e praças cobertas, que favorecem a criação de um micro clima interno próprio e que foram desenvolvidos ao longo de séculos em torno da funcionalidade e da beleza, do espaço introvertido, cheio de luz central, ao qual a maioria das peças é orientada. Uma das estratégias tradicionais desta arquitetura é a de ser definida pelas formas semi-enterradas que se aproveitam da inércia térmica do terreno e das paredes. Outra é a dispersão das massas, a fragmentação do objeto arquitetônico em um complexo arquitetônico. Isto responde a uma postura tão respeitosa com o entorno, que pode obrigar mesmo à fragmentação do programa em grupos mínimos. Outra é a utilização de *estruturas leves, recicláveis e nômades*. O futuro da maior parte da arquitetura que respeita o meio ambiente estaria, segundo Montaner, na arquitetura leve e industrial, onde é muito mais viável construir por camadas não aderidas, substituir elementos e criar o mínimo de resíduos possíveis, tanto na execução da obra quanto na sua demolição ou reciclagem.

Tais conceitos gerais tendem a ser (mais ou menos) aplicáveis à totalidade da produção de objetos arquitetônicos na contemporaneidade, o que significa que nem todo edifício contemporâneo pode levar a marca de ser realmente singular. Na prática, o que se vê é que a sua utilização (tanto em um, como em outro caso) fica restrita, *ainda*, aos objetos arquitetônicos destinados ao lazer (em todas as suas funções), a cultura e ao turismo. Assim, o lazer/cultura surge como uma ponta de lança da discussão acerca dos mesmos e da produção dos grandes arquitetos contemporâneos, como uma grande característica e uma demanda da sociedade atual.

Jean Baudrillard observa e cala Jean Nouvel, quando comenta que a *verdadeira singularidade vem depois do objeto arquitetônico (ou lugar) ser criado*, ela é dada pela *valorização e pela notoriedade* que os seus usuários (moradores e turistas) dão ao mesmo. Por isto, “monstros” como Baudrillard classifica o Centro George Pompidou em Paris, são objetos singulares, pois

estão definitivamente ancorados no afeto e na memória de seus visitantes.

Quinto conceito: a valorização turística passa pela criação ou o aumento da notoriedade de um objeto arquitetônico ou de um lugar.

No que concerne à exterioridade dos suportes arquitetônicos oferecidos, esta criação ou este aumento de notoriedade dependem do conceito de atração turística que é definido pela composição de suas duas partes distintas: a *atração-descoberta* e a *atração-evasão*. Aqui, interessa-nos a primeira delas, que versa sobre um atrativo cuja visita pode ser curta, mas cujo conteúdo pode ser maximizado para guardar o interesse do visitante, sendo esta de caráter mais passivo do que a segunda, mas também podendo comportar, hoje, um certo dinamismo dependendo muito dos suportes arquitetônicos oferecidos. No que concerne à interioridade desses suportes, para Kirshenblatt-Gimblett (apud DIAS, 2007) esta atração depende da maneira de apresentação dos acontecimentos (ou mostras) que podem ter duas situações distintas: *in situ* ou *in context*. Segundo esta autora a apresentação *in situ* privilegia a imersão dos visitantes e a experimentação – podendo mesmo criar um mundo virtual próximo daquele da própria viagem turística, para ajudar na compreensão desta – e a apresentação *in context* valoriza a colocação de objetos ou dos acontecimentos segundo enquadramentos logísticos. Em muitas situações, hoje, podemos chegar a encontrar uma ou outra ou ambas as situações dentro do mesmo suporte arquitetônico segundo as necessidades dos acontecimentos apresentados ali.

Todavia, tantos arquitetos quanto turismólogos, devem atentar para o fato de que os objetos arquitetônicos são permeáveis às mudanças que afetam o turismo, o lazer e a cultura, sobretudo na impregnação da experiência vivida durante a visitação. Kirshenblatt-Gimblett apresenta cinco mutações importantes, das quais quatro interessam a este trabalho, são elas:

Primeira: Hoje, as instituições culturais se definem através de suas relações com os seus visitantes, ou seja, o que conta aqui é, antes de tudo, *o serviço oferecido*, mais do que o que é mostrado.

Segunda: Estas instituições favorecem ao *processo de produção do patrimônio*, este acrescenta valor às coisas ou aos acontecimentos produzidos, mesmo aqueles que já cessaram de ser viáveis ou economicamente produtivos (modos de vida, tecnologias, etc.).

Terceira: Este patrimônio produz não somente uma *diferença* (um patrimônio nacional ou regional quer ser distinto de todos os outros), mas também contribui para uma *diferença aplicada que forma no local algo distinto*.

Quarta: um dos elementos chaves do patrimônio atual reside no seu *aspecto virtual*. Eles podem mesmo compreender o fato de que as produções patrimoniais conseguem, em alguns casos, ultrapassar as realidades históricas apresentadas”.

Assim, a criação ou a valorização de lugares para fins turísticos e de lazer passa pela análise dos diferentes potenciais (tanto exteriores ao objeto arquitetônico, quanto interiores), sempre procurando respostas segundo uma visão ligada ao ambiente que será percebido e experimentado, ou seja, levando em consideração os aspectos ambientais, físicos, econômicos e sócio-culturais, assim como o oferecimento de serviços e dos diferentes tipos de tecnologia de apresentação.

Criar ou ampliar a notoriedade de um lugar ou de um OA, ou seja, inserir novos ciclos de vida neles, hoje, tem como objetivo primeiro, segundo Morisset (2004), *adquirir uma experiência sensível das ambiências a serem valorizadas e do conteúdo das mesmas*¹³. Ainda segundo Morisset, quando um objeto arquitetônico (ou um lugar) oferece uma configuração particular, a criação do lugar turístico pode partir dele, segundo sua envergadura e os meios disponíveis. Entretanto, ela passará forçosamente por três estágios ou níveis de estruturação que corresponde à justaposição de “camadas de notoriedade” agregadas, são elas:

“A simples *proteção do objeto* (segurança e conforto – para pessoas e bens); sua *valorização* (levando-se em conta as suas características principais) e sua *interpretação* (apresentação de um discurso coerente que o valorize para o visitante, com a utilização de todos os tipos de elementos que correspondem a este recurso turístico, inclusive a estrutura ambiental oferecida). Para tanto precisamos:

a - Compreender este objeto (ou lugar) e o seu contexto: seu conteúdo e o significado do lugar onde está inserido; seus diferentes tipos e possibilidades de atração; suas características materiais; o tipo e o método como irão ser agregados valores ao mesmo.

b- Preservar o recurso (do objeto ou do lugar): avaliação da(s) sua(s) fragilidade(s); da sua capacidade de carga, da sua capacidade de ser turistificável e de ser absorvido por um processo de culturalização; das ferramentas de proteção, ou seja, das legislações vigentes em diferentes níveis e das técnicas e tecnologias utilizadas.

c- Interpretar o recurso: trata-se da valorização de cunho interpretativo e das diferentes técnicas de interpretação disponíveis: oral, multimídia, cartazes ou murais, incluindo aqui a própria arquitetura” (Morisset, 2004).

Neste último item devo observar que, no que concerne à arquitetura, deverá ser levada em consideração uma série de novos elementos, tais como:

. A - Quanto ao público em geral:

- Os riscos: quer dizer toda uma preocupação com a segurança das pessoas, dos objetos materiais e das situações no interior do OA (ou do lugar). Novas situações como o excesso de visitantes (picos), o desconforto acústico causado por eles devem ser considerados.

¹³ O que é um conceito muito mais amplo do que o de unidade e identidade citadas na Carta de Quebec.



- O acesso: a obstacularização dos acessos, que impedem a fluidez, a circulação e a contemplação devem ser evitadas. A criação de toda uma logística para: os estacionamentos que devem ser suficientes (para carros e ônibus), para a reserva de entradas, para vestiários de grupos, para bilheterias, para entrada de grupos especiais (crianças, idosos e portadores de deficiência física). A acessibilidade assume definitivamente a totalidade de seus aspectos: físicos, sensoriais, intelectuais, imateriais.

- O seu tempo de permanência dentro do objeto arquitetônico começa a ser contado e valorizado. Ele será incorporado em programações e em ações a serem realizadas ali, conseqüentemente às técnicas e materiais utilizados no suporte arquitetônico.

- Acrescentam-se novas funções de comunicação, de gestão, de estudos de público, de marketing, de controle de gestão, de estratégias previsionais, de programação, atualizando as suas instalações, ampliando-se a sua superfície, multiplicando-se as suas atividades, desenvolvendo-se produtos derivados, apresentando-se elementos virtuais em sites na Internet.

. B - Quanto à atratividade da arquitetura, ela faz do objeto arquitetônico um forte signo dentro da paisagem. Além deste ser adaptado ao contexto do lugar onde será inserido, a sua aparência exterior, tratando-se de criação ou de requalificação, não é tão importante quanto os espaços de acolhimento, de recepção do visitante que, hoje, devem ser mais valorizados, pois correspondem mais que nunca, à elaboração de um *complexo sistema central de hospitalidade* para o visitante.

Segundo FOURTEAU (2006), a recepção aqui deve ser tomada no sentido de fornecer informação, acessibilidade, sinalética e bilheteria – ou seja, todas as suas funções primárias e essenciais. Acrescida de um especial sentido estético, de uma grande visibilidade e de um sentido de dinâmica (movimento) forte, pois se trata de lugares aonde os fluxos vão se encontrar. A recepção deve ser capaz de acolher um grande número de pessoas, mas também de oferecer equipamento específico para certos segmentos particulares de visitantes (estudantes, deficientes, famílias, idosos, etc).

Ainda segundo FOURTEAU (2006), a *recepção* se insere na contemporaneidade sob a égide da hospitalidade, do conforto, de serviços, de comércios, assim como sob a forma de equipamentos culturais novos como auditórios, centros de documentação, salas de exposições,

acesso a espaços multimídias, destinados a bem acolher o visitante, em geral, marcando-se de forma acentuada a entrada do mesmo¹⁴ no recinto da visitação.

Tudo isto proporciona ao objeto arquitetônico e/ou ao lugar uma força, uma presença considerável na comunidade e na paisagem local.

No entanto, devo deixar bem explicitado que, segundo Morissett (2004) a criação ou requalificação de um *objeto turístico*, como resultado deste processo de valorização, ou seja, da introdução de novos ciclos em um produto turístico, precisa *antes de tudo, preservar a(s) sua(s) idéia(s) original(ais)*, procurando, sempre que possível, manter a essência da ambiência, da experiência sensível existente em sua arquitetura e em sua paisagem circundante (mais do que propriamente a sua forma), podendo mesmo chegar a criar-se espetáculos *desde que estes critérios sejam considerados*.

Conclusão / resultado:

Na contemporaneidade, a manipulação (coerente) de valores conduz a elementos que poderão constituir uma ambiência de alta qualidade ambiental que pode servir também como um produto turístico do mesmo padrão. Por isto, necessitei recorrer a todos os conceitos aqui explicitados, em particular aos de patrimônio territorial e ao de singularidade para compreender as bases do que poderá ser um objeto arquitetônico ou lugar singular, *mas que conduzam a uma leitura e reinterpretação das condições que irão ajudar a promover a verdadeira singularidade dos mesmos ligada a ambiência do local onde estão inseridos*. Estas condições deverão também contar com mais quatro elementos: a criatividade do arquiteto (conscientizado das características desta ambiência), a boa estruturação da ambiência turística (alta qualidade ambiental, dentro e fora do objeto arquitetônico), dos acontecimentos e produtos turísticos oferecidos (ou seja, do papel dos animadores, turismólogos inclusos) e, por fim, da sagração dos mesmos pelos seus visitantes, condições que criarão a atratividade e a notoriedade do lugar e que reforçarão ainda mais a sua singularidade.

Bibliografia:

BAUDRILARD, JEAN e NOUVEL, JEAN. Los objetos singulares. Arquitectura y filosofia. Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 2001.

¹⁴ Como por exemplo, a pirâmide do Museu do Louvre em Paris, do arquiteto Pei, cuja função é marcar indelevelmente a entrada subterrânea para o museu, funcionando como pórtico para a mesma.



- BELGUE, D. (2007). La protection et mise en valeur du paysage. Comment un projet de paysage peut devenir une orientation centrale ou secondaire d'un plan d'action ? Dans GAGNON, C. (Éd) et E., ARTH (en collab. avec). Guide québécois pour des Agendas 21^e siècle locaux, http://www.a21l.qc.ca/9593_fr.html Acesso 28/05/2007.
- BUTLER, R.W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 1980. XXIV: 1.
- CABRITA, A.R.; AGUIAR, J.; APPLETON, J. Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto. Lisboa, FNAC, 1993.
- CAZES, G. Fondements pour une géographie du tourisme et des loisirs. Ed. Bréal, 1992.
- CHOAY, Françoise. Pour une anthropologie de l' espace. Paris, Ed. Seuil, outubro de 2006.
- DEPREST, F. Enquête sur le tourisme de masse. L'écologie face au territoire. Paris, Ed. Belin, 1997.
- DIAS, N. « Que signifie mettre en exposition ? », *Terrain*, Numéro 34 - Les animaux pensent-ils ? (mars 2000) , [En ligne], mis en ligne le 9 mars 2007. URL : <http://terrain.revues.org/document1030.html> . Acesso: 25/05/2007.
- FOURTEAU, C. Le tourisme et les intitutions culturelles. 609^a Conférence de l'Université de Toutes Savoirs, 13 de janeiro de 2006. Acesso 28/05/2007.
- MARTINS, A.M.M. A arquitetura e o lazer: arquitetura contemporânea / arquitetura para as camadas altas e médias da população carioca. Anais da VII Reunião de Antropologia do Mercosul - VII RAM - Grupo de Trabalho N^o. 36 - Cultura e cidade: A casa, a rua e o bairro nas etnografias urbanas. Porto Alegre, junho de 2007.
- MARTINS, A.M.M. Estratégias para o desenvolvimento de cidades sustentáveis através de seus potenciais turísticos. Pós-Doutorado na Université de Paris I Panthéon-Sorbonne. Agosto de 2000 a Março de 2001. Apoio: CNPq.
- MONTANER, José Maria. A modernidade superada. Arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona, Gustavo Gili Ed., 1997.
- MORISSET, L. Plan du cours - Création et mise en valeur des sites touristiques. Canadá, SG UQAM – Chair de recherche au Canada sur le patrimoine urbaine, 2004. Acesso: 28/05/2007.
- Museu do Louvre: <http://www.louvre.fr> Acesso: 13 de junho de 2007.
- Museu Louvre-Lens: www.louvrelens.fr Acesso: 30 de junho de 2007.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM – 27 a 28 de agosto de 2007

QUARANTA, G. La prise en compte des biens paysagers dans la promotion touristique d'une zone environnementale protégée (Croda da Lago, Cortina D'Ampezzo, Dolomites Italiennes).

In COMITE

ROBERT, PAUL. Le petit Robert. Dictionnaire de la langue française. Paris, Les dictionnaires Robert, 1988.

SCOFFIER, Richard. Les quatre concepts fondamentaux de l'architecture contemporaine.

Texto fotocopiado, s/ed., s/d.

Jornal e Revistas:

BERLINCK, Deborah. Louvre vai ter um novo espaço para arte do Islã. Megaprojeto que encanta os franceses é financiado por príncipe da Arábia Saudita, que doou 17 milhões de euros. O Globo, Domingo, 25 de setembro de 2005.

Comunicado do Ministério da Cultura e da Comunicação e do Museu do Louvre, de 12 de maio de 2005, data da assinatura do protocolo entre o Estado, as administrações públicas locais e o Louvre. França Flash 53, CENDOTEC, 10 de junho de 2007.